

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CPLOSE – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO -AL.

Concorrência Pública nº 07/2023

JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES

LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.828.958/0001-80, com sede na Av. ACM, nº 3591, Empresarial WN, sala 1403, Brotas, CEP.:40.280-000, Salvador/Bahia, vem, por seu representante legal abaixo assinado, respeitosamente à presença desta Ilustre CPLOSE apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra o ato da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CPLOSE que julgou a proposta de preço apresentada pela concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, já qualificada nos autos, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea b, da Lei 8666/93, e item 17.4 do Edital, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:



I – DA TEMPESTIVIDADE

O prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação do presente expediente recursal iniciou-se em 29/11/2023 com a intimação da **JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA** sobre a decisão da CPLOSE que declarou vencedora do certame a proposta de preço apresentada pela concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA**, em 28/11/2023, através do Diário Oficial do Município de Maceió, vindo a findar-se em 06/12/2023, em razão do feriado local ocorrido em 30/11/2023.

Portanto, resta comprovada a tempestividade do presente Recurso Administrativo protocolado nesta data.

II – SÍNTESE DA DEMANDA

A concorrência pública nº 007/2023 tem como objeto a “*Contratação de empresa de engenharia para execução das obras de contenção de encostas e estabilização de taludes na Av. Gov. Afrânio Lages próximo ao Residencial Bella Vista em Maceió/AL.*”

A empresa concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** apresentou proposta de preço em desconformidade com as exigências previstas no Edital consubstanciada nos seguintes pontos: (i) **Descumprimento do Item 9.6.2 do Edital - Composição do Preço da Mão-de-Obra com Valores Abaixo do Previsto em Convenção Coletiva;** (ii) **Descumprimento do Anexo II e Item 9.3, “f” do Edital – Não Utilização de BDI Diferenciado para o item da Planilha Orçamentária “Taxa de Destinação de Resíduo Sólido em Aterro - Tipo Inerte;** (iii) **Descumprimento do Item 11.2, H, do Edital – Da Apresentação de Preços Diferenciados para o Mesmo Serviço;** (iv) **Inexistência de Erro Aritmético no Cronograma Físico e Financeiro do Apresentado pela GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA – Impossibilidade de Correção;** e (v) **Erros Insanáveis Remanescentes na Proposta de Preço da GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**



Apesar de tal fato, esta Ilustre CPLOSE entendeu, ao arrepio das normas editalícias, por conferir, em duas oportunidades, o direito à concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** sanear as desconformidades constantes na sua Proposta de Preço, em flagrante afronta ao princípio constitucional da isonomia.

Mesmo com o ilegal privilégio concedido à licitante **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** de, por duas vezes, revisar a sua Proposta de Preço, tendo em vista que nenhuma das desconformidades verificadas se enquadravam como erros aritméticos previstos no item 9.3, e, do Edital¹, e/ou erros formais e materiais irrelevantes previstos no item 10.4 do Edital², ainda assim remanesceram alguns erros que tornam imperativo a sua desclassificação do certame.

Contudo, ao fim e ao cabo, esta Ilustre CPLOSE julgou, ao arrepio das normas editalícias e da Lei 8.666/93, a proposta da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** vencedora do certame, conforme decisão publicada no Diário Oficial do Município de Maceió em 28/11/2023.

Desta feita, conforme se verá a seguir, a decisão da CPLOSE deve ser reformada com vistas a desclassificar a proposta de preço apresentada pela **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, e a declarar a proposta de preço apresentada pela Recorrente vencedora do certame.

III – DO MÉRITO

III.1 - Do Descumprimento do Item 9.6.2 do Edital - Composição do Preço da Mão-de-Obra com Valores Abaixo do Previsto em Convenção Coletiva.

¹ e) Poderão ser corrigidos pela Comissão de Licitação quaisquer erros aritméticos (soma e/ou multiplicação) detectados nas Planilhas que não prejudiquem a composição e compreensão das propostas.

² **10.4. Os erros materiais e formais irrelevantes encontrados nos Documentos de Habilitação e/ou nas Propostas de Preços poderão ser objeto de saneamento, mediante ato motivado e justificado pela CPLOSE, no ato da Sessão Pública, fazendo-se constar em ata.**



Conforme norma contida no item 9.6.2 do Edital³, é vedado a apresentação de proposta de preço com valores de mão-de obra inferiores àqueles previstos na Convenção Coletiva Trabalhista – Sindicato da Categoria em Alagoas.

Contudo, verifica-se que na composição do preço do item **“Administração Local – Encostas (UN)”**, o valor apresentado pela empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** para o profissional **“Auxiliar de Escritório com Encargos Complementares”** é inferior não apenas ao previsto na Convenção Coletiva aplicável, mas também inferior ao salário mínimo vigente no país, conforme detalhamento abaixo:

2.1. COMP29 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - ENCOSTAS (UN)						
		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
COMP29	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - ENCOSTAS		UN	1,00000000	R\$ 62.887,85	R\$ 62.887,85
TOTAL Comp.:						R\$ 62.887,85
Mão de Obra com Encargos Complementares						
		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
93568	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 21.591,93	R\$ 21.591,93
93567	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 15.876,99	R\$ 15.876,99
93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 13.986,03	R\$ 13.986,03
100321	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 3.372,24	R\$ 3.372,24
93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 3.194,58	R\$ 3.194,58
93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 2.815,85	R\$ 2.815,85
93566	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	1,00000000	R\$ 2.050,23	R\$ 2.050,23
TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:						R\$ 62.887,85
VALOR:						R\$ 62.887,85
VALOR BDI (22.88%):						R\$ 14.388,74
VALOR COM BDI:						R\$ 77.276,59

Registre-se que, no valor de R\$ 2.050,23 (dois mil, cinquenta reais e vinte três centavos) apresentado na proposta da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** já está incluído os encargos complementares que representam 69,73% (sessenta e nove vírgula setenta e três por cento) deste montante.

³ **9.6.2. O valor da mão-de-obra não poderá ser inferior ao fixado na Convenção Trabalhista – sindicato da categoria em Alagoas**, bem como, o preço dos insumos propostos deverão ser condizentes com o mercado local, grafados na moeda corrente nacional, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, devendo compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: impostos, fretes, seguros, taxas, garantias, etc. e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.



Dessa forma, o valor do salário do referido profissional a ser remunerado pela empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** durante a execução das obras objeto do Edital será de R\$ 1.207,94 (mil, duzentos e sete reais e noventa e quatro centavos), enquanto o salário previsto na Convenção Coletiva (**DOC. ANEXO**) para esta categoria é de R\$ 1.637,09 (mil, seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos), e o salário mínimo atualmente vigente é de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais).

Outrossim, o que se constata é que o Edital estabeleceu um valor mínimo de mão-de-obra, qual seja aquele previsto na Convenção Coletiva indicada, sendo certo, portanto, que a manutenção da classificação da proposta de preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** implica também em descumprimento do art. 44, § 3º, da Lei 8.666/93 que estabelece que:

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

(...)

§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Ora Ilustre Comissão, se o Edital estabeleceu limites mínimos de valores de salários de mão-de-obra, quais sejam aqueles previstos na Convenção Coletiva, a sua não observância por parte de qualquer concorrente torna imperativa a desclassificação da sua proposta de preço ofertada.

Nesse sentido, o defeito da Proposta de Preços da empresa concorrente é tão evidente e grave, que através de uma singela análise se verifica que ela descumpriu não só a Convenção Coletiva indicada no item 9.6.2 do Edital, como também, e, sobretudo, violou os preceitos constitucionais insculpidos no art. 7º, incisos IV, V, VII e XXVI, veja-se:



Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; (grifou-se)

Não é demais ressaltar que a Convenção Coletiva tem força de lei, porquanto produz norma jurídica, devendo, pois, ser respeitada e atendida pelas partes envolvidas, como bem ensina o ilustre Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Mauricio Godinho Delgado⁴:

“As convenções coletivas, embora de origem privada, criam regras jurídicas (*normas autônomas*), isto é, preceitos gerais, abstratos e impessoais, dirigidos a normatizar situações *ad futurum*. Correspondem, conseqüentemente, à noção de *lei em sentido material*, traduzindo ato-regra (Duguit) ou *comando abstrato*. São, desse modo, do ponto de vista substantivo (ou seja, de seu conteúdo), **diplomas desveladores de inquestionáveis regras jurídicas (embora existam também no seu interior *cláusulas contratuais*, como se verá no item IV.2.B, a seguir).**

(...)

Guardam, assim, na sua conformação estrutural dubiedade instigante: são contratos sociais, privados, mas que produzem regra jurídica – e não apenas cláusulas obrigacionais.” (grifos nossos)

Do excerto acima colacionado, verifica-se que Godinho ratifica o caráter legal da Convenção Coletiva, que cria regras jurídicas. Assim, se a Convenção

⁴ In Curso de Direito do Trabalho. 12. ed. São Paulo: LTR, 2013, págs. 1412/1413.



Coletiva tem força legal, deve ser obedecida tal qual uma lei, e o seu descumprimento configura-se ato de ilegalidade.

Ainda, sobre a aplicabilidade das normas coletivas à licitação, oportunas são as ponderações do Ministro Decano do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo, e do Auditor Federal de Controle Externo e ex-Diretor e Secretário Substituto da Secretaria de Obras do TCU Rafael Jardim Cavalcante⁵:

Na letra da legislação, é vedada a fixação de preços mínimos nos certames licitatórios. Eis o excerto do art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93:

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e *vedados a fixação de preços mínimos*, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (destaques nossos)

Nos casos típicos de terceirização de mão de obra, entretanto, em que alguns modelos de contratação se fazem por horas de serviço ou por postos de trabalho – em face de comprovada impossibilidade de contratação mediante resultado -, as diversas categorias profissionais tem assegurado o direito de perceberem remuneração mínima, tal qual estabelecem as Convenções Coletivas de Trabalho. Dispõe o Decreto-Lei 5.452/93 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT):

Art. 611 - Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de *caráter normativo*, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho. (destaques nossos)

Nessas situações, se vedadas cláusulas que visem estabelecer a remuneração mínima constante das convenções coletivas, pode-se comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa, objetivo maior de qualquer contratação pública (art. 3º, *caput*, da Lei 8.666/93). Salários declarados abaixo do piso legal podem, inclusive, respaldar a declaração de inexecutabilidade da proposta, por manifesta impossibilidade de cumprir os termos avençados. A Administração, lembramos, é solidária em assuntos

⁵ In Obras Públicas – Comentários à Jurisprudência do TCU. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013, págs. 359/360.



previdenciários. É dever do gestor, nessas terceirizações de mão de obra, zelar pela regularidade dos salários e contribuições devidos aos trabalhadores.

Em uma avaliação sistemática, portanto, o estabelecimento de patamares mínimos de remuneração na hipótese narrada não somente é permitida como – na nossa avaliação – obrigatória. (grifou-se)

O Tribunal de Contas da União, assim como o Poder Judiciário, já se posicionaram nessa mesma linha, como se observa abaixo:

Acórdão 614/2008-TCU-Plenário

Ministro Relator: Augusto Sherman

Trecho do voto:

9.3. determinar à Secretaria Executiva e à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que:

9.3.3. observem as seguintes linhas de conduta na formulação de editais de licitação e na gestão de contratos de execução indireta e contínua de serviços:

9.3.3.1. para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, esse pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes; (grifou-se)

(...)

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. PISO SALARIAL DA CATEGORIA DE MOTORISTAS E COBRADORES. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.

(...)

2. Na concorrência pública, a administração tem o poder discricionário de fixar, no edital, os valores de remuneração salarial dos empregados das empresas concorrentes, quando



tais valores vierem a influir nos custos dos serviços públicos objeto da concorrência. Assim, não há ilegalidade na observância pela administração do piso salarial estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho que vincula apenas uma determinada empresa (a signatária), quando o valor nele previsto é adotado apenas como parâmetro. **ilegalidade haveria se tal critério viesse a burlar a legislação trabalhista, no sentido de fixar piso salarial inferior ao estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho que abrangesse a região onde os serviços públicos seriam prestados.**

(...)

6. Recurso especial parcialmente conhecido e provido.

(STJ - REsp: 796388 SP 2002/0108928-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 13/08/2007, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 05.09.2007 p. 236) (grifou-se)

CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, NO CRITÉRIO MENOR PREÇO GLOBAL, PROMOVIDO PELA PETROBRÁS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PELA RECORRENTE, EM VALOR INFERIOR AO PISO SALARIAL DA CATEGORIA, ESTABELECIDO ATRAVÉS DE CONVENÇÃO COLETIVA. ILEGALIDADE. CONVENÇÃO QUE TEM FORÇA DE LEI E QUE TEM CARÁTER PÚBLICO. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO DA RECORRIDA. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

(TJ-RN, Relator: Des. Dilermando Mota, Data de Julgamento: 09/03/2010, 1ª Câmara Cível) (grifou-se)

Destarte, resta evidente o caráter legal e obrigatório da Convenção Coletiva, cujo reconhecimento é assegurado pela Carta Maior, devendo ser aplicada inclusive em processos licitatórios. Não por acaso o Edital em seu item 9.6.2 determinou, de forma, expressa, a observação do piso mínimo dos salários previstos na Convenção Coletiva.



Assim, a Proposta de Preço da empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** por ter descumprido o piso salarial previsto na Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024, bem como o salário mínimo legal, feriu de morte não só a norma coletiva, mas também, a norma editalícia prevista no item 9.6.2, o art. 44, § 3º, da Lei 8.666/93, e, principalmente, a Constituição Federal, motivos estes que ensejam a sua desclassificação.

Saliente-se que o trabalhador não pode ser prejudicado pela ilegalidade da proposta da licitante concorrente, que deverá ser desclassificada do certame.

Ademais, é importante ressaltar que além do flagrante descumprimento das normas previstas no item 9.6.2 do Edital, no 44, § 3º, da Lei 8.666/93, e na Constituição Federal, o pagamento de salário com valor abaixo do previsto em Convenção Coletiva e do salário mínimo vigente trará responsabilidade ao ente contratante, no caso em apreço, o Município de Maceió, tendo em vista a responsabilidade subsidiária da administração pública contratante nos termos dos incisos IV e V da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, senão vejamos:

Súmula n. 331 TST

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011.

(...)

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do
do *título* *executivo* *judicial.*

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.



Observe Ilustre Comissão que no caso em apreço, a não desclassificação da proposta de preços apresentada pela concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** se caracterizará como um ato ilegal, em descumprimento as normas do Edital e da Lei 8.666/93, e trará responsabilidade ao Município de Maceió pelo passivo trabalhista que a execução do contrato objeto desta licitação gerará, em razão da prática de pagamento de salários abaixo do piso previsto na Convenção Coletiva e abaixo do salário mínimo vigente.

Ressalte-se, inclusive, que na hipótese da Comissão de Licitação se furtar a desclassificar esta Proposta de Preço viciada que ora se demonstra, tal fato se configurará não como um ato culposo da Comissão de Licitação, mas sim um ato doloso, ou seja, com a intenção de gerar dano ao erário público do Município de Maceió, já que resta comprovado que a proposta de preço ofertada pela **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** prevê a remuneração de profissionais em valor abaixo do piso previsto na Convenção Coletiva e abaixo do salário mínimo vigente.

Tal prática enseja responsabilidade por improbidade administrativa prevista na Lei 8.429/1992.

Não por acaso, esta Ilustre Comissão de Licitação, em caso similar ao presente, desclassificou a proposta de preço apresentada pela empresa Base Construções Ltda. na Concorrência 03/2023, tendo em vista que esta concorrente apresentou remuneração do insumo “vigia diurno” em valor inferior ao previsto na Convenção Coletiva (DOCS. ANEXO).

Contudo, maliciosamente e sem a Comissão de Licitação ter lhe conferido o direito de diligenciar esse erro da sua proposta, a concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** revisou os valores dos salários contemplados em sua proposta de preço de forma a não ficarem abaixo dos valores previstos na Convenção Coletiva e do salário mínimo, conforme demonstrado no item III.5 do presente Recurso, sendo certo que



ainda assim remanescem erros em composições de mão-de-obra na sua proposta.

Portanto, resta demonstrada que a proposta de preço apresentada pela empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** está em desconformidade com as normas do Edital, da Lei 8.666/93 e da Constituição Federal, sendo certo que esta Ilustre Comissão de Licitação deve reformar a sua decisão proferida na sessão realizada em 27/11/2023, de forma a desclassificá-la do presente certame, com a consequente adjudicação do objeto da licitação à empresa **JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIOS E INCORPORAÇÕES LTDA.**

III.2 – Do Descumprimento do Anexo II e Item 9.3, “f” do Edital – Não Utilização de BDI Diferenciado para o item da Planilha Orçamentária “Taxa de Destinação de Resíduo Sólido em Aterro - Tipo Inerte”.

Baseado no Parecer Técnico do Diretor Técnico de Projetos Técnicos e Fiscalização/SEMINFRA esta Ilustre CPLOSE constatou a desconformidade da Planilha Orçamentária da concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, tendo em vista a não utilização de BDI diferenciado para o item de serviço “**Taxa de Destinação de Resíduo Sólido em Aterro - Tipo Inerte**”, conforme exigido pelo Anexo II do Edital.

Tal fato por si só já ensejaria a desclassificação da empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** em razão do que preconiza as alíneas “d” e “f” do item 9.3 do Edital:

9.3 **A Planilha Orçamentária** – (Anexo II), devidamente preenchida com clareza e sem rasuras, com até duas casas decimais contemplando, no mínimo, os dados da planilha que é parte integrante deste Edital, tendo como base as tabelas especificadas na planilha de referência, ou qualquer outra a critério da licitante, desde que o valor unitário/global não ultrapasse o valor da tabela base do órgão, atendendo ao disposto na Súmula n. 259 do TCU, para itens e subitens da planilha (Anexo II);

(...)

d) Não serão admitidos cancelamentos, retificações ou alterações nas condições estipuladas, uma vez entregue os envelopes.



f) A PROPOSTA DE PREÇOS que contenha divergências com na Planilha Orçamentária, em relação ao Anexo II (Planilha Orçamentária) deste edital, **será desclassificada**.

Ademais, esta desconformidade verificada na Proposta de Preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** não se configura como erro aritmético, a lhe conferir o direito à Comissão de Licitação de corrigi-lo com base no que dispõe a alínea “e” do item 9.3 do Edital.

Trata-se de flagrante erro de elaboração da proposta ao não aplicar o BDI diferenciado para determinado serviço constante da Planilha Orçamentária, conforme exigido pelo Edital da Licitação.

Também não se trata de um erro material ou formal irrelevante a ensejar a possibilidade de saneamento a partir de diligência realizada pela Comissão de Licitação. Observe-se que esta suposta “correção” altera uma condição ofertada pela concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, na medida em que ela está ofertando na sua Proposta de Preço que para o item de serviço “**Taxa de Destinação de Resíduo Sólido em Aterro - Tipo Inerte**” o seu preço deve ser aplicado considerando o BDI “normal”, e não diferenciado, conforme manda o Edital.

Admitir qualquer correção desta natureza na Proposta de Preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, é admitir a possibilidade de alteração de condição prevista na sua proposta, o que é vedado pela alínea “d” do item 9.3 do Edital.

Por fim, a alínea “f” do item do 9.3 do Edital acima transcrito é claro ao dispor que constatando-se divergência entre a Planilha Orçamentária do Edital e àquela apresentada por qualquer licitante, a Proposta de Preço deve ser desclassificada. E foi exatamente isso que aconteceu com a proposta de preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**



Portanto, resta demonstrado o equívoco do ato da Comissão de Licitação que permitiu a concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** corrigir a sua proposta e reapresentar a sua Planilha Orçamentária com o BDI correto exigido pelo Edital, de forma que este ato deve ser revisado, a ensejar a desclassificação da Proposta de Preço desta licitante.

III.3 - Do Descumprimento do Item 11.2, H, do Edital – Da Apresentação de Preços Diferenciados para o Mesmo Serviço.

Conforme norma contida no item 11.2.1, H, do Edital, é vedado a apresentação de proposta de preço com preços unitários diferenciados para o mesmo serviço.

Contudo, verifica-se na proposta de preço da empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** a existência de diversos insumos e composições de serviços que possuem o mesmo código, porém apresentam dentro das suas composições de serviços valores divergentes, conforme detalhamento abaixo:

98	Χονχρετο σιμπλες υσιναδο φγκ=25μπα, βομβεαδο, λαν α δο ε αδενσαδο εμ συπερεστρυτυρα	ΟΡΣΕ	μ≥	ΡΞ 457,93
98	Χονχρετο σιμπλες υσιναδο φγκ=25μπα, βομβεαδο, λαν α δο ε αδενσαδο εμ συπερεστρυτυρα	ΟΡΣΕ	μ≥	ΡΞ 457,96
4491	ΠΟΝΤΑΛΕΤΕ *7,5 Ξ 7,5* ΧΜ ΕΜ ΠΙΝΥΣ, ΜΙΣΤΑ ΟΥ ΕΘΥ ΙΣΑΛΕΝΤΕ ΔΑ ΡΕΓΙΑΟ – ΒΡΥΤΑ	ΣΙΝΑΠΙ	Μ	ΡΞ 11,04
4491	ΠΟΝΤΑΛΕΤΕ *7,5 Ξ 7,5* ΧΜ ΕΜ ΠΙΝΥΣ, ΜΙΣΤΑ ΟΥ ΕΘΥ ΙΣΑΛΕΝΤΕ ΔΑ ΡΕΓΙΑΟ – ΒΡΥΤΑ	ΣΙΝΑΠΙ	Μ	ΡΞ 11,06
5061	ΠΡΕΓΟ ΔΕ ΑΧΟ ΠΟΛΙΔΟ ΧΟΜ ΧΑΒΕΧΑ 18 Ξ 27 (2 1/2 Ξ 10)	ΣΙΝΑΠΙ	ΚΓ	ΡΞ 19,75
5061	ΠΡΕΓΟ ΔΕ ΑΧΟ ΠΟΛΙΔΟ ΧΟΜ ΧΑΒΕΧΑ 18 Ξ 27 (2 1/2 Ξ 10)	ΣΙΝΑΠΙ	ΚΓ	ΡΞ 19,80
5631	ΕΣΧΑΣΔΕΙΡΑ ΗΙΔΡΨΥΛΙΧΑ ΣΟΒΡΕ ΕΣΤΕΙΡΑΣ, ΧΑΛΑ ΜΒΑ 0,80 Μ3, ΠΕΣΟ ΟΠΕΡΑΧΙΟΝΑΛ 17 Τ, ΠΟΤΕΝΧΙΑ Β ΡΥΤΑ 111 ΗΠ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 165,80
5631	ΕΣΧΑΣΔΕΙΡΑ ΗΙΔΡΨΥΛΙΧΑ ΣΟΒΡΕ ΕΣΤΕΙΡΑΣ, ΧΑΛΑ ΜΒΑ 0,80 Μ3, ΠΕΣΟ ΟΠΕΡΑΧΙΟΝΑΛ 17 Τ, ΠΟΤΕΝΧΙΑ Β ΡΥΤΑ 111 ΗΠ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 165,81
5632	ΕΣΧΑΣΔΕΙΡΑ ΗΙΔΡΨΥΛΙΧΑ ΣΟΒΡΕ ΕΣΤΕΙΡΑΣ, ΧΑΛΑΜ ΒΑ 0,80 Μ3, ΠΕΣΟ ΟΠΕΡΑΧΙΟΝΑΛ 17 Τ, ΠΟΤΕΝΧΙΑ ΒΡ ΥΤΑ 111 ΗΠ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 60,43
5632	ΕΣΧΑΣΔΕΙΡΑ ΗΙΔΡΨΥΛΙΧΑ ΣΟΒΡΕ ΕΣΤΕΙΡΑΣ, ΧΑΛΑΜ ΒΑ 0,80 Μ3, ΠΕΣΟ ΟΠΕΡΑΧΙΟΝΑΛ 17 Τ, ΠΟΤΕΝΧΙΑ ΒΡ ΥΤΑ 111 ΗΠ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 60,44
5680	ΡΕΤΡΟΕΣΧΑΣΔΕΙΡΑ ΣΟΒΡΕ ΡΟΔΑΣ ΧΟΜ ΧΑΡΡΕΓΑΔΕΙ ΡΑ, ΤΡΑΛΟΦΟ 4Ξ2, ΠΟΤΕΝΧΙΑ ΛΞΘ. 79 ΗΠ, ΧΑΛΑΜΒΑ ΧΑΡΡΕΓ. ΧΑΠ. ΜΞΝ. 1 Μ3, ΧΑΛΑΜΒΑ ΡΕΤΡΟ ΧΑΠ. 0,20 Μ3, ΠΕΣΟ ΟΠΕΡΑΧΙΟΝΑΛ ΜΞΝ. 6.570 ΚΓ, ΠΡΟΦΥΝΔΙΑ ΔΔΕ ΕΣΧΑΣΑΛΟΦΟ ΜΞΞ. 4,37 Μ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/ 2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 103,13

5680	ΠΕΤΡΟΕΣΧΑΣΑΛΕΙΡΑ ΣΟΒΡΕ ΡΟΔΑΣ ΧΟΜ ΧΑΡΡΕΓΑΔΕΙ ΡΑ, ΤΡΑΗΦΟ 4Ξ2, ΠΟΤΞΝΧΙΑ ΛΞΘ. 79 ΗΠ, ΧΑΗΑΜΒΑ ΧΑΡΡΕΓ. ΧΑΠ. ΜΞΝ. 1 Μ3, ΧΑΗΑΜΒΑ ΡΕΤΡΟ ΧΑΠ. 0,20 Μ3, ΠΕΣΟ ΟΠΕΡΑΧΙΟΝΑΛ ΜΞΝ. 6.570 ΚΓ, ΠΡΟΦΥΝΔΙΑ ΑΔΕ ΕΣΧΑΣΑΗΦΟ ΜΞΞ. 4,37 Μ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/ 2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 103,14
5928	ΓΥΙΝΔΑΥΤΟ ΗΙΔΡΞΥΛΙΧΟ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ ΜΞΞΙΜΑ ΔΕ ΧΑΡΓΑ 6200 ΚΓ, ΜΟΜΕΝΤΟ ΜΞΞΙΜΟ ΔΕ ΧΑΡΓΑ 11,7 Τ Μ, ΑΛΧΑΝΧΕ ΜΞΞΙΜΟ ΗΟΡΙΖΟΝΤΑΛ 9,70 Μ, ΙΝΧΛΥΣΙΞ Ε ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΤΟΧΟ ΠΒΤ 16.000 ΚΓ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ ΔΕ 189 ΧΞ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 222,53
5928	ΓΥΙΝΔΑΥΤΟ ΗΙΔΡΞΥΛΙΧΟ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ ΜΞΞΙΜΑ ΔΕ ΧΑΡΓΑ 6200 ΚΓ, ΜΟΜΕΝΤΟ ΜΞΞΙΜΟ ΔΕ ΧΑΡΓΑ 11,7 Τ Μ, ΑΛΧΑΝΧΕ ΜΞΞΙΜΟ ΗΟΡΙΖΟΝΤΑΛ 9,70 Μ, ΙΝΧΛΥΣΙΞ Ε ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΤΟΧΟ ΠΒΤ 16.000 ΚΓ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ ΔΕ 189 ΧΞ – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 222,54
6259	ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΠΠΙΑ 6.000 Λ, ΠΕΣΟ ΒΡΥΤΟ ΤΟΤΑΛ 13.000 ΚΓ, ΔΙΣΤΞΝΧΙΑ ΕΝΤΡΕ ΕΙΞΟΣ 4,80 Μ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ 189 Χ Ξ ΙΝΧΛΥΣΙΞΕ ΤΑΝΘΥΕ ΔΕ ΑΗΟ ΠΑΡΑ ΤΡΑΝΣΠΟΡΤΕ ΔΕ ΞΓΥΑ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ 6 Μ3 – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 207,97
6259	ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΠΠΙΑ 6.000 Λ, ΠΕΣΟ ΒΡΥΤΟ ΤΟΤΑΛ 13.000 ΚΓ, ΔΙΣΤΞΝΧΙΑ ΕΝΤΡΕ ΕΙΞΟΣ 4,80 Μ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ 189 Χ Ξ ΙΝΧΛΥΣΙΞΕ ΤΑΝΘΥΕ ΔΕ ΑΗΟ ΠΑΡΑ ΤΡΑΝΣΠΟΡΤΕ ΔΕ ΞΓΥΑ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ 6 Μ3 – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 207,98
6259	ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΠΠΙΑ 6.000 Λ, ΠΕΣΟ ΒΡΥΤΟ ΤΟΤΑΛ 13.000 ΚΓ, ΔΙΣΤΞΝΧΙΑ ΕΝΤΡΕ ΕΙΞΟΣ 4,80 Μ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ 189 Χ Ξ ΙΝΧΛΥΣΙΞΕ ΤΑΝΘΥΕ ΔΕ ΑΗΟ ΠΑΡΑ ΤΡΑΝΣΠΟΡΤΕ ΔΕ ΞΓΥΑ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ 6 Μ3 – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 207,99
6260	ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΠΠΙΑ 6.000 Λ, ΠΕΣΟ ΒΡΥΤΟ ΤΟΤΑΛ 13.000 ΚΓ, ΔΙΣΤΞΝΧΙΑ ΕΝΤΡΕ ΕΙΞΟΣ 4,80 Μ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ 189 Χ Ξ ΙΝΧΛΥΣΙΞΕ ΤΑΝΘΥΕ ΔΕ ΑΗΟ ΠΑΡΑ ΤΡΑΝΣΠΟΡΤΕ ΔΕ ΞΓΥΑ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ 6 Μ3 – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 37,76
6260	ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΠΠΙΑ 6.000 Λ, ΠΕΣΟ ΒΡΥΤΟ ΤΟΤΑΛ 13.000 ΚΓ, ΔΙΣΤΞΝΧΙΑ ΕΝΤΡΕ ΕΙΞΟΣ 4,80 Μ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ 189 Χ Ξ ΙΝΧΛΥΣΙΞΕ ΤΑΝΘΥΕ ΔΕ ΑΗΟ ΠΑΡΑ ΤΡΑΝΣΠΟΡΤΕ ΔΕ ΞΓΥΑ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ 6 Μ3 – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 37,76
6260	ΧΑΜΙΝΗ ΦΟ ΠΠΙΑ 6.000 Λ, ΠΕΣΟ ΒΡΥΤΟ ΤΟΤΑΛ 13.000 ΚΓ, ΔΙΣΤΞΝΧΙΑ ΕΝΤΡΕ ΕΙΞΟΣ 4,80 Μ, ΠΟΤΞΝΧΙΑ 189 Χ Ξ ΙΝΧΛΥΣΙΞΕ ΤΑΝΘΥΕ ΔΕ ΑΗΟ ΠΑΡΑ ΤΡΑΝΣΠΟΡΤΕ ΔΕ ΞΓΥΑ, ΧΑΠΑΧΙΔΑΔΕ 6 Μ3 – ΧΗΠ ΔΙΥΡΝΟ. ΑΦ_06/2014	ΣΙΝΑΠΙ	ΧΗΠ	ΡΞ 37,77
88245	ΑΡΜΑΔΟΡ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 17,12
88245	ΑΡΜΑΔΟΡ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 17,12
88245	ΑΡΜΑΔΟΡ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 17,12
88245	ΑΡΜΑΔΟΡ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 17,13
88264	ΕΛΕΤΡΙΧΙΣΤΑ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 20,84
88264	ΕΛΕΤΡΙΧΙΣΤΑ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 20,87
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,65
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,62
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,64
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,64
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,65
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,65
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,64
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,64
88316	ΞΕΡΞΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	Η	ΡΞ 13,57

88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 13,63
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
88316	ΣΕΡÇΕΝΤΕ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,37
95967	ΣΕΡÇΙΛΟΣ Τ>ΧΝΙΧΟΣ ΕΣΠΕΧΙΑΛΙΖΑΔΟΣ ΠΑΡΑ ΑΧΟΜ ΠΑΝΗΑΜΕΝΤΟ ΔΕ ΕΞΕΧΥΛΟ ΔΕ ΦΥΝΔΑΛΠΕΣ ΠΡΟ ΦΥΝΔΑΣ Ε ΕΣΤΡΥΤΥΡΑΣ ΔΕ ΧΟΝΤΕΝΟΛΟ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 109,51
95967	ΣΕΡÇΙΛΟΣ Τ>ΧΝΙΧΟΣ ΕΣΠΕΧΙΑΛΙΖΑΔΟΣ ΠΑΡΑ ΑΧΟΜ ΠΑΝΗΑΜΕΝΤΟ ΔΕ ΕΞΕΧΥΛΟ ΔΕ ΦΥΝΔΑΛΠΕΣ ΠΡΟ ΦΥΝΔΑΣ Ε ΕΣΤΡΥΤΥΡΑΣ ΔΕ ΧΟΝΤΕΝΟΛΟ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 109,52
95967	ΣΕΡÇΙΛΟΣ Τ>ΧΝΙΧΟΣ ΕΣΠΕΧΙΑΛΙΖΑΔΟΣ ΠΑΡΑ ΑΧΟΜ ΠΑΝΗΑΜΕΝΤΟ ΔΕ ΕΞΕΧΥΛΟ ΔΕ ΦΥΝΔΑΛΠΕΣ ΠΡΟ ΦΥΝΔΑΣ Ε ΕΣΤΡΥΤΥΡΑΣ ΔΕ ΧΟΝΤΕΝΟΛΟ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 109,52
99-04-01- 049	ΠΛΑΧΑ ΦΡ ΓΩ22 120Ξ120Ξ16MM	ΠΡ©ΠΡ IO	ΥΝΙΑ	PΞ 53,32
99-04-01- 049	ΠΛΑΧΑ ΦΡ ΓΩ22 120Ξ120Ξ16MM	ΠΡ©ΠΡ IO	ΥΝΙΑ	PΞ 53,33
88239	ΑΘΥΔΑΝΤΕ ΔΕ ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 13,99
88239	ΑΘΥΔΑΝΤΕ ΔΕ ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,82
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 20,37
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 20,37
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 16,94
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 20,37
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 20,37
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 20,37
88262	ΧΑΡΠΙΝΤΕΙΡΟ ΔΕ ΦΟΡΜΑΣ ΧΟΜ ΕΝΧΑΡΓΟΣ ΧΟΜΠΛΕΜΕΝΤΑΡΕΣ	ΣΙΝΑΠΙ	H	PΞ 20,37

Ora, a Administração Pública é regida pelo artigo 37 da Constituição Federal que determina que esta deva obedecer a alguns princípios, dentre eles o da Legalidade, pelo qual só pode atuar nos estritos termos da lei.

A Lei 8.666/93 estabelece que a contratação pela Administração Pública com terceiros deve ser precedida de licitação, **e o artigo 3º do mesmo diploma legal vincula a licitação ao edital:**

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.**”*

A interpretação do dispositivo acima, combinada com os ditames do artigo 41, caput, da Lei 8.666/93, que dispõe que **“a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**, determina, em outras palavras, que o Edital é a “lei interna” da licitação, não podendo ser descumprido pela Administração, tampouco pelos licitantes.

Nesse sentido, também se manifesta HELY LOPES MEIRELLES que ***“com a clareza que lhe é peculiar, afirma que o edital de licitação é o instrumento pelo qual a Administração leva ao conhecimento público sua intenção de realizar uma licitação e fixa condições de realização dessa licitação, acrescentando, com extrema propriedade, que o edital é a lei interna da licitação, vinculando inteiramente as partes às suas cláusulas”*** (apud ADILSON ABREU DALLARI, Aspectos Jurídicos da Licitação, 5ª ed., editora Saraiva, p.90).

As decisões do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também trilham essa linha de entendimento como podemos observar pelos seguintes julgados:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Processo TC-650.626/91-5, DOU de 21/06/94)

“20 – Em qualquer espécie de procedimento licitatório o edital é a peça essencial. É o instrumento pelo qual o certame se realiza e a Administração leva ao conhecimento público a abertura de concorrência ou de tomada de preços, fixa as condições de sua realização e convoca os interessados para apresentação de suas propostas. Portanto, como lei interna do processo, atua como vínculo integral entre a Administração e os proponentes.”

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (RDA, 57: 309):

“A concorrência pública deve obedecer aos requisitos previamente estabelecidos, especialmente no que toca à qualidade e condição dos concorrentes, além das especificações relativas aos serviços e preços.”



Diante desse quadro, certo é que a Comissão de Licitação deve analisar as propostas apresentadas pelas licitantes considerando o quanto exigido pelo Edital de Licitação. Nesse sentido, ao verificar a proposta da concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, a decisão da Ilustre Comissão de Licitação deveria ser outra, qual seja, a desclassificação da proposta de preço ofertada. Admitir o contrário, seria admitir a possibilidade da adoção de decisões ilegais por parte da Comissão de Licitação.

Inclusive, esta Ilustre Comissão de Licitação, em caso similar ao presente, desclassificou a proposta de preço apresentada pela empresa Base Construções Ltda. na Concorrência 03/2023, tendo em vista que esta concorrente apresentou preços unitários diferentes para o mesmo serviço (DOCS. ANEXO), com base nos seguintes fundamentos:

- **LOTE 01:** a empresa BASE CONSTRUÇÕES EIRELI, não atendeu ao item 11, subitem 11.2.1 alíneas "b", "g" e "h", bem como não atendeu ao item 9.6, subitem 9.6.2 do edital. As empresas JOTAGÊ ENGENHARIA e ENENGI CONSTRUÇÕES, atenderam de forma satisfatória ao solicitado no edital, e a empresa F. LYRA, apresentou preço unitário superior ao do edital para o item 8624, conforme parecer técnico apresentado.

- **LOTE 02:** a empresa BASE CONSTRUÇÕES EIRELI, não atendeu ao item 11, subitem 11.2 alínea "b" e "g", bem como não atendeu ao item 9.6, subitem 9.6.2 do edital. As empresas JOTAGÊ ENGENHARIA, AC2 ENGENHARIA e ALIANÇA CONSTRUÇÕES atenderam de forma satisfatória ao solicitado no edital, conforme parecer técnico apresentado.

- **LOTE 03:** a empresa BASE CONSTRUÇÕES EIRELI, não atendeu ao item 11, subitem 11.2 alínea "b" e "g", bem como não atendeu ao item 9.6, subitem 9.6.2 do edital. As empresas JOTAGÊ ENGENHARIA, ALIANÇA CONSTRUÇÕES e ENENGI CONSTRUÇÕES, atenderam de forma satisfatória ao solicitado no edital, conforme parecer técnico apresentado.

INFRAESTRUTURA

- **LOTE 04:** a empresa BASE CONSTRUÇÕES EIRELI, não atendeu ao item 11, subitem 11.2 alínea "b" e "g", bem como não atendeu ao item 9.6, subitem 9.6.2 do edital. As empresas JOTAGÊ ENGENHARIA, ALIANÇA CONSTRUÇÕES e ENENGI CONSTRUÇÕES, atenderam de forma satisfatória ao solicitado no edital, conforme parecer técnico apresentado.

6. Destarte, esta CPLOSE declara como DESCCLASSIFICADAS as propostas de preços apresentadas pela empresa BASE CONSTRUÇÕES EIRELI, para os Lotes 01, 02, 03 e 04, em razão do exposto acima.



9.6.2 O valor da mão-de-obra não poderá ser inferior ao fixado na Convenção Trabalhista - sindicato da categoria em Alagoas, bem como, o preço dos insumos propostos deverá ser condizentes com o mercado local, grafados na moeda corrente nacional, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro, devendo compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como: impostos, fretes, seguros, taxas, garantias, etc, e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

INFRAESTRUTURA

b) Será desclassificada a proposta que não atenda às especificações técnicas contidas no projeto básico e nos projetos técnicos;

g) Proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, de acordo com o estabelecido no art. 44, § 3º, da Lei 8.666/93, será desclassificada;

h) Será considerada classificada a licitante que, já habilitada, apresentar o menor valor total na Planilha Orçamentária para a execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s), objeto deste Edital e, além disso, estar com os preços unitários com valores abaixo da planilha - ANEXO II, não devendo ser apresentados preços unitários diferenciados para o mesmo serviço;

Porém, no caso em apreço, esta Ilustre Comissão de Licitação, *data máxima vênia*, em flagrante descumprimento do item 10.4 do Edital, entendeu por converter o processo em diligência visando permitir que a **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** corrigisse a sua proposta de preço.

Observe Ilustre Comissão de Licitação que o item 10.4 do Edital de Licitação foi bem claro ao restringir a possibilidade de saneamento das propostas apresentadas no certame aos casos de verificação de erros formais e materiais irrelevantes, senão vejamos:

10.4. Os erros materiais e formais irrelevantes encontrados nos Documentos de Habilitação e/ou nas Propostas de Preços poderão ser objeto de saneamento, mediante ato motivado e justificado pela CPLOSE, no ato da Sessão Pública, fazendo-se constar em ata.

Os erros verificados na Proposta de Preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, consubstanciados na apresentação de preços unitários diferenciados para o mesmo serviço, não se configuram como erros materiais e formais irrelevantes.



Pelo contrário. Trata-se de erro que compromete a compreensão lógica e exequibilidade da Proposta de Preço, e, não por acaso, tal prática foi vedada expressamente pelo item 11.2.1, H, do Edital, ensejando caso imperativo de desclassificação do certame.

Registre-se, por fim, que esta Ilustre Comissão de Licitação sequer apresentou motivação e justificativa que desse fundamento ao seu ato de diligenciamento da proposta de Preço apresentada pela **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, em flagrante afronta à norma editalícia acima citada.

Por esse motivo, manter classificada a concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** no certame em comento, além de constituir medida absolutamente contrária ao que determina o Edital, seria o mesmo que tornar sem efeito as cláusulas editalícias que tratam das exigências necessárias à correta execução dos serviços objeto da Concorrência Pública em referência, em evidente contrariedade às disposições explícitas do art. 41 e ss, da Lei nº 8.666/93, onde se impõe a obrigatoriedade da vinculação ao instrumento convocatório.

Caso a empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** tivesse alguma dúvida acerca da elaboração de sua proposta de preço, esta deveria ter se valido, tempestivamente, dos pedidos de esclarecimentos ao edital, ou até mesmo o impugnado, o que não o fez.

III.4 – Da Inexistência de Erro Aritmético no Cronograma Físico e Financeiro do Apresentado pela GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA – Impossibilidade de Correção.

Segundo constatado pelo Diretor Técnico da Diretoria de Projetos Técnicos e Fiscalização/SEMINFRA, através do Parecer Técnico emitido em 13/11/2023 (**Doc. Anexo**), a concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** apresentou Proposta de Preço com valores divergentes no Cronograma Físico Financeiro e na Planilha Orçamentária e carta proposta.



Enquanto os valores previstos no Cronograma Físico Financeiro somam R\$ 6.808.519,60 (seis milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos), a carta proposta e a Planilha Orçamentária apresentaram o valor de R\$ 8.355.707,51 (oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e sete reais e cinquenta e um centavos).

Verificando-se o e-mail enviado pela Comissão de Licitação à concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** na data de 27/11/2023, observa-se que a CPLOSE, por sua livre e espontânea vontade, ao arrepio das regras editalícias, considerou como correto o valor de R\$ 8.355.707,51 (oito milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e sete reais e cinquenta e um centavos), e assim indicou à referida licitante, que fosse realizada a correção.

Ora, primeiramente não houve erro aritmético no valor apresentado no Cronograma Físico e Financeiro da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** a conferir direito de correção à Comissão de Licitação nos termos do item 9.3, “e”, do Edital, já que verifica-se que a soma das parcelas indicadas no referido documento está correta, ou seja, perfaz o valor de R\$ 6.808.519,60 (seis milhões, oitocentos e oito mil, quinhentos e dezenove reais e sessenta centavos).

Portanto, em situações em que não haja erros de aritmética, não cabe à Comissão de Licitação intervir, e “corrigir”, de forma a definir qual o valor da Proposta de Preço de qualquer concorrente do certame. Cabe, exclusivamente, às concorrentes ofertarem os seus preços. Se houve divergência entre os documentos que formam a Proposta de Preço de qualquer licitante, esta deve ser desclassificada do certame.

Até mesmo porque, no presente caso, se fosse admitida a intervenção por parte da Comissão de Licitação para corrigir a proposta de preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, este ato deveria ser praticado em prol da busca da proposta mais vantajosa para o Município de Maceió, o que implicaria em considerar correto o valor apresentado no Cronograma Físico e Financeiro, já que inferior ao valor apresentado na Planilha Orçamentária e na carta proposta,



o que implicaria na desclassificação desta proposta de preço em razão do seu valor inexecutável nos termos do item 11.2.1, f.1) do Edital.

Desta forma, resta demonstrado que a divergência verificada entre os valores constantes do Cronograma Físico e Financeiro e da Planilha Orçamentária e carta proposta, apresentados pela **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, é caso imperativo de desclassificação do certame.

III.5 – Dos Erros Insanáveis Remanescentes na Proposta de Preço da GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.

Em que pese a realização de reiteradas diligências por parte desta Ilustre Comissão de Licitação ao arripio das normas editalícias, o fato é que ainda verifica-se erros insanáveis na Proposta de Preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, que implicam na sua desclassificação do certame.

Na composição “Administração local – Encostas”, a empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, apresentou seus profissionais em discordância com a composição apresentada no Edital pelo órgão licitante, a qual ela utilizou para ajustar os erros apresentados no processo licitatório, coeficientes muito aquém do necessário para a execução das atividades, conforme pode ser verificado nas composições abaixo:

2.1	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	COMP29 Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - ENCOSTAS	ASTU - ASSENTAMENTO DE TUBOS E PFCAS	UN	1,0000000	75.444,09	75.444,09
Composição	93568 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	25.902,99	25.902,99
Auxiliar	93567 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	19.047,00	19.047,00
Composição	93565 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	16.778,49	16.778,49
Auxiliar	100321 SINAPI	COMPLEMENTARES TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	4.045,55	4.045,55
Composição	93572 SINAPI	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	3.832,41	3.832,41
Auxiliar	93563 SINAPI	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	3.378,07	3.378,07
Composição	93566 SINAPI	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	MES	1,0000000	2.459,58	2.459,58
Auxiliar							
MO sem LS =>			72.740,10	LS =>	0,00	MO com LS =>	72.740,10
Valor do BDI =>			21.931,59			Valor com BDI =>	97.375,68

2.1. COMP29 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - ENCOSTAS (UN)						
		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
COMP29	ADMINISTRAÇÃO LOCAL - ENCOSTAS		UN	1,00000000	R\$ 62.887,85	R\$ 62.887,85
				TOTAL Comp-2		R\$ 62.887,85
Mão de Obra com Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
93568	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83357087	R\$ 25.902,99	R\$ 21.591,97
93567	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83356894	R\$ 19.047,00	R\$ 15.876,98
93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83356894	R\$ 16.778,49	R\$ 13.986,02
100321	TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83356894	R\$ 4.045,55	R\$ 3.372,24
93572	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83356894	R\$ 3.832,41	R\$ 3.194,57
93563	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83356894	R\$ 3.378,07	R\$ 2.815,85
93566	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MÊS	0,83356894	R\$ 2.459,58	R\$ 2.050,22
				TOTAL Mão de Obra com Encargos Complementares:		R\$ 62.887,85
				VALOR:		R\$ 62.887,85
				VALOR BDI (22.88%):		R\$ 14.388,74
				VALOR COM BDI:		R\$ 77.276,59

Em várias composições foram realizados diversos ajustes nos coeficientes que encontram-se em desacordo com os praticados dentro da própria composição, o que caracteriza o descumprimento da empresa **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.** às condições previstas no referido Edital, conforme composições abaixo:

6.6. 508335 - Escada de madeira para obra, em tábua de construção, largura 1,00m (m)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10551	Encargos Complementares - Carpinteiro	ORSE	h	1,61371217	R\$ 3,68	R\$ 5,94
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	0,75000000	R\$ 4,09	R\$ 3,07
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 9,01
Equipamento		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I06800	Aluguel de serra circular de bancada	ORSE	h	0,61376273	R\$ 27,39	R\$ 16,81
TOTAL Equipamentos:						R\$ 16,81
Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I06981	Prego (2 X 10) 18 x 21	ORSE	kg	0,05754026	R\$ 19,62	R\$ 1,13
I01975	Ripa massaranduba serrada 5cm x 1,5cm	ORSE	m	2,22488989	R\$ 3,84	R\$ 8,54
I061895	Tábua não aparelhada *2,5 x 30* cm, em macaranduba, angelimou equivalente da região - bruta	ORSE	m	4,90977417	R\$ 27,86	R\$ 136,79
TOTAL Material:						R\$ 146,46
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I012135	Carpinteiro de formas (horista)	ORSE	h	1,59600000	R\$ 16,69	R\$ 26,64
I061115	Servente de obras	ORSE	h	0,76600000	R\$ 12,28	R\$ 9,41
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 36,05
VALOR:						R\$ 208,33
VALOR BDI (22.88%):						R\$ 47,66
VALOR COM BDI:						R\$ 255,99

11.3. 502394 - Fornecimento e espalhamento de terra vegetal preparada (m3)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	1,33700000	R\$ 4,09	R\$ 5,47
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 5,47
Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I00140	Adubo orgânico bovino, cacau ou similar	ORSE	m3	0,09868277	R\$ 19,78	R\$ 1,95
I02208	Terra vegetal	ORSE	m3	0,88814489	R\$ 74,33	R\$ 66,02
TOTAL Material:						R\$ 67,97
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I061115	Servente de obras	ORSE	h	1,37100000	R\$ 12,28	R\$ 16,84
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 16,84
VALOR:						R\$ 90,28
VALOR BDI (22.88%):						R\$ 20,65
VALOR COM BDI:						R\$ 110,93

7.5. S02509 - Carga manual de material de 1ª categoria (m3)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	0,48200000	R\$ 4,09	R\$ 1,97
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 1,97
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I061115	Servente de obras	ORSE	h	0,49300000	R\$ 12,28	R\$ 6,05
					TOTAL Mão de Obra:	R\$ 6,05
					VALOR:	R\$ 8,02
					VALOR BDI (22.88%):	R\$ 1,83
					VALOR COM BDI:	R\$ 9,85

11.7. S00203 - Arenoso adquirido em depósito, frete incluso (Arenoso Comercial) Arenoso adquirido em depósito, frete incluso (Arenoso Comercial) m3 (m)						
Encargos Complementares		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
S10551	Encargos Complementares - Carpinteiro	ORSE	h	1,12738569	R\$ 3,68	R\$ 4,15
S10549	Encargos Complementares - Servente	ORSE	h	0,69800000	R\$ 4,09	R\$ 2,85
TOTAL Encargos Complementares:						R\$ 7,00
Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I01566	Madeira massaranduba serrada (peça) 5cm x 9cm (0,0045 m³/m)	ORSE	m	2,05339386	R\$ 25,51	R\$ 52,38
TOTAL Material:						R\$ 52,38
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
I012135	Carpinteiro de formas (horista)	ORSE	h	1,11400000	R\$ 16,69	R\$ 18,59
I061115	Servente de obras	ORSE	h	0,71300000	R\$ 12,28	R\$ 8,76
TOTAL Mão de Obra:						R\$ 27,35
VALOR:						R\$ 86,73
VALOR BDI (22.88%):						R\$ 19,84
VALOR COM BDI:						R\$ 106,57

Em diversos itens o valor de mão-de-obra para algumas funções está com o valor abaixo do valor do servente, que é a função que possui menor valor de mão-de-obra existente na convenção coletiva vigente para a região, conforme detalhado abaixo:

88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$ 16,37
-------	--------------------------------------	---	-----------

Segue demais itens abaixo do valor do servente:

88295	OPERADOR DE GUINCHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$ 14,89
88441	JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	R\$ 16,16

Portanto, diante de todos esses erros demonstrados na Proposta de Preço da **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, esta licitante deve ser desclassificada do certame.

IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer à essa ilustre Comissão de Licitação ou Autoridade Hierarquicamente Superior que o presente Recurso Administrativo seja admitido e julgado totalmente provido, de forma a revisar a decisão que classificou a proposta de preço da concorrente **GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA.**, desclassificando-a do certame e, por consequência, adjudicando o objeto da licitação à empresa **JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIOS E INCORPORAÇÕES LTDA.**, tendo em vista o não atendimento a todas as exigências do Edital.

Termos em que,

Pede deferimento.

Maceió, 05 de dezembro de 2023.


JOTAGÊ ENGENHARIA COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA